

## PROJETO CIDADANIA: Um Novo Modo de Fazer Política?

### CITIZENSHIP PROJECT: A New Way of Doing Politics?

José Soares FILHO<sup>1</sup>

Edson Soares MARTINS<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa visa estudar o exercício direto do voto cristão protestante entre 2010 e 2020, focando no Projeto Cidadania da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco. Inicialmente, abordaremos a construção, apagamento e disputa da memória coletiva, aplicando as teorias de Halbwachs (2006) e Pollack (1989) ao estudo do projeto. Em seguida, analisaremos material de divulgação de candidatos evangélicos que concorreram a vereador em 2012, destacando as concepções estéticas dos gêneros do discurso de Bakhtin (2003). Por fim, exploraremos os elementos que aproximam e afastam o Projeto Cidadania de um partido político, conforme Berstein (2003), considerando seu papel na formação da cultura política do grupo, conforme Berstein (1998).

**Palavras-chave:** Projeto Cidadania, Pentecostalismo, Assembléia de Deus, Cultura Política.

**Abstract:** This paper examines the direct exercise of the Protestant Christian vote between 2010 and 2020, focusing on the Citizenship Project of the *Assembléias de Deus*, an evangelical church in Pernambuco. Initially, we will address the construction, erasure, and dispute of collective memory, applying the theories of Halbwachs (2006) and Pollack (1989) to the study of the project. Next, we will analyze the promotional materials of evangelical candidates who ran for councilor in 2012, highlighting the aesthetic conceptions of Bakhtin's (2003) discourse genres. Finally, we will explore the elements that bring the Citizenship Project closer to or distance it from a political party, according to Berstein (2003), considering its role in shaping the political culture of the group (1998).

**Keywords:** Citizenship Project, Pentecostalism, *Assembléia de Deus*, Political Culture.

#### Introdução

O presente trabalho detém seus esforços em três momentos principais para a compreensão do fenômeno *Projeto cidadania, da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco*. De forma introdutória, teceremos uma construção histórica sobre

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Regional do Cariri (URCA). Graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Membro no Núcleo de Estudos Linguísticos e Literários - NETLLI. E-mail: [jose.soares@urca.br](mailto:jose.soares@urca.br).

<sup>2</sup> Professor associado (Referência O) de Literatura Brasileira na Universidade Regional do Cariri (URCA). Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba (PPGL/UFPB). E-mail: [edson.soares@urca.br](mailto:edson.soares@urca.br).

o surgimento, apagamento e caracterização desse fenômeno. Para isso, recorreremos a alguns aspectos dos usos e abusos da memória e dos processos de silenciamento que envolvem a ligação entre a IEADPE e o projeto cidadania. No segundo momento fazemos uma análise dos enunciados concretos, materializados em *gêneros do discurso* e veiculados em suporte de panfletos de divulgação (santinhos), neles buscamos entender elementos na esfera da linguagem, verbal e não verbal, que se aproximam, se distanciam e se constituem enquanto característicos de uma cultura política. O terceiro se propõe a entender o que aproxima e o que afasta o projeto cidadania da possibilidade de ser ou se tornar um partido político.

Desse modo, a *Igreja*, em sua esfera social burocrática, possui papel ativo na formação e disseminação dos discursos. Ao manifestar apoio a um candidato, em detrimento de outro, a instituição tende a influenciar a decisão de boa parte dos membros da instituição. Temos como exemplo o apoio expressivo de parte da comunidade evangélica ao então presidente da República Jair Messias Bolsonaro (2018 - 2022), identificado como indivíduo conservador e de extrema direita.

Tal conjuntura se fundamenta no discurso teológico dos *valores cristãos, família* e da constante “situação de risco” a qual estes estão supostamente passíveis. Se o líder religioso é, na visão dos membros, *um homem usado, escolhido e guiado por Deus*, como ele poderia estar errado sobre o posicionamento político? Ainda mais quando esse posicionamento é aquele que mais se assemelha ao proferido nos púlpitos?

Dito isso, discutiremos sobre um projeto político surgido no seio da Igreja evangélica Assembleia de Deus em Pernambuco, o *projeto cidadania*. Ao fazer isso, apontaremos a associação entre *esfera da atividade humana, gênero discursivo* (Bakhtin, p. 261, 2003) e suporte textual associado a um processo que serve para o apagamento da memória sobre esse projeto, em vista que há uma negação da liderança da IEADPE sobre o envolvimento da igreja com esse projeto<sup>3</sup>. Porém, vídeos e fontes em formatos de imagens de panfletos de divulgação de candidatos versam sobre a existência desse projeto e de um plano político iniciado no ano de 2010, e que perdurou, de forma ativa, até pelo menos o ano de 2016.

Pensando nesse tipo de discurso, é possível pensar em disputa de memória e, por extensão, construção e apagamento de um tipo específico de memória e discurso circulante por uma memória oficial e coletiva. Halbwachs (2006, p. 25-47), mostra que

<sup>3</sup> Vídeos da audiência com o Pe. Ailton José Alves. Disponíveis em: <https://youtu.be/LPZnyMd1yqc> ; e em <https://youtu.be/PhJX2RJaBLY>. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

para se chegar à memória é sempre necessário que se recorra aos testemunhos, e o primeiro testemunho a se recorrer é o nosso. O que vivenciamos hoje, com o passar do tempo, torna-se presente nas lembranças. No mesmo sentido, há uma adaptação das nossas lembranças no modo com que se percebe o presente.

As memórias permanecem coletivas, e são lembradas pelos outros, mesmo que não sejam materialmente presentes. *Sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.* Desse modo, a memória, e a narrativa memoriográfica, estão diretamente ligadas aos eventos que de foram relevantes, ou passíveis de algum tipo de registro material.

Algo que é vivido por mais de uma pessoa em um contexto, nem sempre é lembrado por todos. Isso ocorre porque o acontecimento não fica necessariamente guardado na memória de todas as pessoas envolvidas. Aquele evento, na maioria das vezes, não é algo relevante, naquele momento específico, para que seja lembrado, de forma que a pessoa chega a esquecer do acontecido, e quando alguém lhe conta é como se ele não estivesse estado ali, nem vivido naquele momento.

Assim, determinado conteúdo que permanece na memória coletiva de um grupo não é lembrado da mesma forma pelos indivíduos dele participantes. Com isso, temos a ideia de que geralmente a memória coletiva que permanece é aquela que marca, ou que possui um valor axiológico/moral que a retromantém. Desse modo, somos levados a crer que a memória coletiva estaria construída sobre uma base, tornando-se assim uma memória oficial comum e aceita por determinado grupo social. E se essa memória é dominante, ela acaba por destruir ou impossibilitar que as chamadas *memórias subterrâneas* sejam esteticamente organizadas em forma de discurso, podendo assim ser estudadas.

Pollack (1989, p. 3-15) trata a memória coletiva como opressora, ou até mesmo silenciadora das memórias consideradas menos relevantes para quem as registra. Aqui se faz premente destacar a influência da autoridade moral que o discurso das lideranças religiosas promove, por exemplo, ao subalternizar as memórias sobre o *projeto cidadania*. Nesse sentido, o discurso enunciado por determinada autoridade instituída acabaria por ofuscar as outras versões das memórias tidas como não oficiais e socialmente experienciadas. Essas, por sua vez, permanecem subterrâneas, não esquecidas, mas sim ocultas e presentes, em discursos nos mais diversos suportes.

É importante ressaltar que muitas dessas memórias são proibidas de ser lembradas e, sendo assim, não são oficialmente registradas. Isso ocorre pelo fato de que,

ao serem rememoradas, podem causar desconforto e gerar penalidades. Nesse sentido, no tratamento com esses discursos e memórias, torna-se substancial assegurar que seja registrado aquele conteúdo que os sujeitos trabalham para que seja silenciado, e garantir, materialmente, que seja lembrado o que querem que se esqueça.

Algumas memórias são silenciadas pelo próprio indivíduo, ou até mesmo por um grupo social inteiro, toda lembrança rememora uma situação quase sempre problemática, e um dos motivos para serem silenciadas é justamente esse. No nosso caso, a memória que se tenta apagar é a da associação da IEADPE ao projeto político por ela criado, haja vista a associação negativa e denúncias contra o pastor líder da igreja, associando-o ao esquema de rachadinha que envolve o deputado Adalto Santos e a vereadora Irmã Aimée<sup>4</sup>.

#### *Pelo voto dos fiéis*

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados\* (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana (Bakhtin, 2003, p. 261).

Para o autor russo, os usos da linguagem estão ligados a um ou outro determinado campo da atividade humana em forma de enunciados concretos e relativamente estáveis. Esses enunciados precisam de um suporte material, seja a voz, sejam o papel e as palavras escritas, ou, no nosso caso, os panfletos de divulgação de candidatos.

O que apontamos aqui é o fato de que esses enunciados concretos, panfletos de divulgação de candidatos do projeto cidadania, circulam em mais de uma esfera da atividade humana, e tem o mesmo objetivo enunciativo a divulgação e eleição de candidatos evangélicos da IEADPE, recorrendo a elementos que são comuns, tanto na esfera da propaganda eleitoral, quanto na esfera da prática religiosa, em seu todo composicional e podendo ser compreendida da seguinte forma:

---

<sup>4</sup> Matéria disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/09/22/mppe-apura-denuncia-de-rachadinha-de-salarios-de-servidores-entre-pastor-deputado-estadual-e-vereadora-do-recife.ghtml>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

**Gráfico 01** – Interpenetração discursiva entre religião e política no projeto cidadania



Fonte: Elaborada pelos autores.

O “Projeto Cidadania” assegurou a participação de evangélicos da IEADPE e viabilizou a eleição e reeleição nas disputas eleitorais no estado de Pernambuco. Dessa forma, o próprio corpo clerical da igreja chegaria a um consenso para indicar quais dos candidatos deveriam receber apoio em anos eleitorais. Isso, ancorado na ideia de que os *valores cristãos* precisam ser defendidos no campo da esfera política, e que para isso é necessária a participação de *homens e mulheres de Deus* que os representem.

Nossas pesquisas nos levam a crer que em 2010 o projeto cidadania, que tem como principal objetivo a presença e formação de membros da IEADPE na esfera do poder político legislativo, inicia sua atividade na IEADPE. Sendo assim, o *Projeto Cidadania* emerge como organizador do poder legislativo de candidatos – deputados e vereadores – pertencentes à Assembleia de Deus, que representavam os interesses da instituição dentro da esfera política. O projeto idealizado na IEADPE pode ser compreendido como um desdobramento de um plano nacional da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). E que, por sua vez, tem como uma de suas necessidades as discussões sobre a carência de uma organização política, que segundo Fernandes (2006, p. 95), surgem na CGADB no início do século XXI e já apresentam resultados promissores:

Neste início de século XXI, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil continua implantando um projeto de desenvolvimento de sua participação mais ativa na sociedade. Criou-se o Conselho Político da CGADB que tem por finalidade coordenar o projeto “Cidadania AD Brasil”, que desenvolve a consciência política na liderança das Assembleias de Deus no Brasil e gerencia o lançamento de candidatos oficiais da denominação, nos pleitos eleitorais em todo Brasil. Hoje as Assembleias de Deus contam com 22 deputados federais, 38 deputados estaduais e 1010 vereadores.

Aos 22 de fevereiro de 2013, foi discutido, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, a criação e implantação de algo bem semelhante a esse projeto, de forma

que abrangesse um nível nacional de propagação e atuação. Podemos perceber a relevância, para a liderança das ADs, de projetos como esse:

Segundo o pastor Lellis Washington Marinhos, presidente do Conselho Político CGADB, a igreja acredita ser importante ter representantes nas casas legislativas do país, desde que haja um projeto com a função de direcionar suas ações para um objetivo comum. Dessa forma, nasceu o Projeto AD Brasil, cuja função é formar e orientar vereadores e deputados pertencentes à Assembleia de Deus. "É imperativo que tenhamos, como representantes do maior movimento evangélico dessa nação, um projeto bem delineado e sólido para ser apresentado como alternativa para a nossa sociedade", afirmou (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2022).

Em 2010, o Pr. Eurico, filiado ao PSB (Partido Socialista Brasileiro), foi eleito Deputado Federal, reeleito em 2014 ainda pelo PSB, com ajuda do “projeto cidadania”. E em 2018 foi novamente eleito. Do mesmo modo, para deputado Estadual, nas eleições dos anos de 2010, 2014 e 2018, é eleito, também, o Presbítero Adalto Santos.

Os anos 2012 e 2014, em particular, nos chamam mais atenção neste momento devido à confecção e distribuição dos panfletos de divulgação dos candidatos, os chamados “santinhos”. Em 2012, particularmente, temos eleitos, além de deputados, alguns vereadores que ganharam força política expressiva através desse projeto político. Dentre os panfletos localizados, podemos mensurar ao todo 17 vereadores e vereadoras nos municípios do estado de Pernambuco, a saber: Garanhuns - Damasio Cardoso de Farias (20123); Recife – Irmã Aimée Carvalho (40150); Olinda – Ev. Azarias Rosa (11150); Olinda – Aux. Algério (40640); Cabo de Santo Agostinho – Pb. Daniel Lira (45445); Vitória de Santo Antão – Irmã Manu (33000); Jaboatão dos Guararapes – Irmã Babate (40144); Ipojuca – Miquéias (23456); Caruaru - Toinho da Sulanca (28555); São Lourenço da Mata – Leonardo Barbosa (19400); Petrolina – Irmão Elias Jardim (11600); Ribeirão – Irmã Sônia (14777); Paudalho – Irmão Ido (14444); Paudalho – Irmão Belarmino do Povo (31144); Tamandaré – Irmão Geores (14258); Pesqueira – Cleiton Lira (55555); Ouricuri – Irmão Holanda (11111).

Para análise dos panfletos coletados e referentes às eleições dos candidatos *assembleianos* ao cargo de vereadores, optamos por realizar uma divisão expositiva que tem por primazia a estética da construção composicional em relação ao conteúdo expresso nos panfletos de divulgação, Gêneros do discurso com linguagem mista.

O primeiro grupo, *G1*, é composto pelos candidatos: *Damásio, Irmão Geores, Pb. Daniel Lira, Ir. Sônia, Ir. Babate e Irmã Aimee*:

### Grupo 01

Imagem 01 - Panfleto Damásio

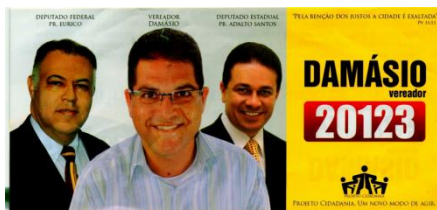


Imagem 02 - Panfleto Irmão Geores



Imagem 03 - Panfleto Ir. Sonia



Imagem 04 - Panfleto P. Daniel Lira

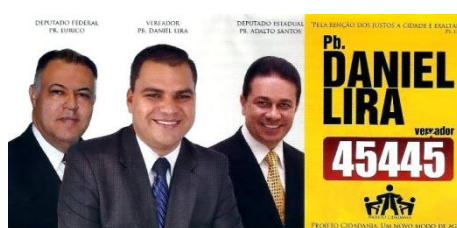


Imagem 05 - Panfleto Irmã Babate



Imagem 06 - Panfleto Irmã Aimee



Fonte: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

Neles, a partir de uma leitura de componentes textuais, verbais e não verbais, é possível perceber a padronização de alguns elementos que aqui consideramos relevantes no que tange a nossa discussão. O primeiro deles é a ausência de menção aos partidos políticos cujos candidatos fazem parte. Presumimos que por estarem inseridos em uma esfera pentecostal que ainda tem, como vimos anteriormente, no discurso circulante, a renúncia, ou melhor, o distanciamento histórico aos cargos políticos, alguns dos candidatos, no caso esses em específico, acabaram por não mencionar nem o nome da

coligação, nem do partido e, nem se quer fazer uso da logo do partido, elementos que são, estilisticamente falando, componentes composicionais dos panfletos de divulgação.

Em contrapartida à ausência desses elementos, é possível observar a interlocução enunciativa de conteúdos expressamente próprios do campo axiológico da esfera da linguagem religiosa. Nessa perspectiva, a inter-relação entre as esferas enunciativas (religiosa e política) é expressa de forma mais evidente na relação entre conteúdo, material e veículo. O conteúdo expresso “Pela bênção dos justos a cidade é exaltada” remete a um texto bíblico presente no antigo testamento, livro de provérbios e, a princípio, poderia causar estranhamento no interlocutor a sua presença em um veículo de divulgação de candidatos. Axialógica e ideologicamente falando, o conteúdo e material não ornar com o veículo, ao passo que o panfleto de divulgação, “santinho”, não orna com o espaço de culto religioso, local onde eram frequentemente distribuídos nas portas das igrejas após terminados os cultos.

O texto bíblico aparece como forma de justificar a escolha do candidato. À medida que se tem candidatos dentro dos parâmetros dos tipos específicos que trabalhamos anteriormente, *homem de Deus, homem temente a deus, político temente a Deus*, a cidade seria exaltada, prosperando economicamente e conservando a moral e bons costumes tradicionais próprios de algumas IE's.

A ausência da logo do partido dos candidatos, bem como o seu código e coligação, também nos chama atenção. O modo de construir esses tipos de veículos de divulgação, se levarmos em conta o estilo geral desse enunciado concreto, geralmente prima por essas informações. O que nos ocorre é que, para o grupo que optou pela adoção de um estilo próprio, isso parece ser ordinário. Ora, decerto, esses elementos não foram omitidos por acaso. É mais uma forma sutil de manifestação da *cultura política* desse grupo.

Em tempo, cremos que não houve apenas uma omissão. O que percebemos, para além disso, é a substituição desse conteúdo, arranjo composicional e estilo, por algo próprio da IEADPE. No lugar da menção do partido tem-se o nome *projeto cidadania*, onde deveria estar em destaque a imagem usual do partido, temos a logo do referido projeto e, não menos importante, no lugar onde deveria haver a menção à coligação o que observamos é a presença de um enunciado bíblico, não sendo comum nesse tipo de veículo enunciativo, no próprio nome dos candidatos há a menção *irmã, irmão* ou, quando é o caso, a menção ao cargo que o referido possui dentro da IE, mais uma forma sutil dessa inter-relação discursiva de conteúdo e forma esteticamente organizadas. O



que os leva às seguintes questões: o projeto cidadania seria um partido? Funcionaria como um? Deixemos isso de lado por um momento e prossigamos na análise.

O grupo 02, G2, é composto pelos panfletos dos candidatos: *Irmão Elias Jardim*, *Toinho da Sulanca*, *Ev. Azarias Rosa* e *Irmão Madri*:

## Grupo 02

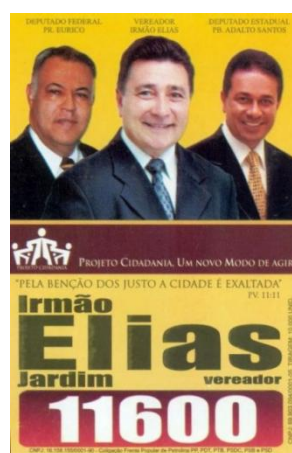
**Imagem 07** - Panfleto Ev. Azarias Rosa **Imagem 08** - Panfleto Toinho de Sulanca



**Imagem 09** - Panfleto Irmão Madri



**Imagem 10** - Panfleto Irmão Elias Jardim



Fonte: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>.  
Acesso em: 05 de novembro de 2022.

O componente primordial que distingue esse modelo do primeiro é a presença da sigla do partido político, junto a coligação e ao CNPJ. Além disso, a regularidade e conformidade estética é mais dispare entre os panfletos desse grupo. As regularidades e elementos que remontam a representações verbo-visuais e verbo-discursivas são expressas pelo uso da logo do *projeto cidadania* e pelo uso das palavras *irmão* e *Ev.* (Evangelista), respectivamente. De modo que, discursivamente, a cultura política é expressa, mais uma vez, por meio dessas marcações que servem para identificar a proximidade dos candidatos com aquele grupo religioso.

Por fim, o grupo 03, G3, *Irmã Manu*, *Miqueias*, *Irmão Belarmino do Povo*, *Irmão Ido*, *Algério*:

### Grupo 03

Imagem 11 - Panfleto Miqueias



Imagem 12 - Panfleto Irmã Manu



Imagem 12 - Panfleto Algério



Imagem 13 - Panfleto Irmão Ido



Imagem 14 - Panfleto Belarmino



Fonte: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>.  
Acesso em: 05 de novembro de 2022.

O elemento visual que mais destoa em parte desse grupo, em comparação aos demais é, sem dúvida, a ausência de elementos como *projeto cidadania*, *um novo modo de agir*, bem como a ausência da logo desse projeto e a presença da logo dos partidos dos candidatos. Nessas marcações há um maior distanciamento dela.

Apesar de encontrarmos termos como *irmã*, *irmão*, *projeto cidadania um novo modo de agir*, e, em quase todos, a logo do projeto, há elementos que destoam dos presentes nos dois grupos anteriores. Como dito, nem todos os panfletos de divulgação possuem a logo do Projeto Cidadania, o da candidata *Irmã Manu* é exemplo disso. Além desse elemento, temos ainda a inserção do partido político dos candidatos, junto a menção à coligação que representam os demais partidos políticos que compõem a chapa em que estes candidatos a vereadores estão inseridos nas eleições de 2012.

Ademais, inferimos que a igreja manifestou seu apoio ativamente aos candidatos lançados pelo *Projeto Cidadania*. E esse momento foi permeado por um certo grau de unidade, justamente pelo fato de seus candidatos apresentarem os valores morais ali instituídos. Todavia, apesar da existência desse projeto, e de membros que exerceram cargos como vereador e deputado durante esses anos, a IEADPE, como dito antes, nega qualquer relação e conhecimento sobre esse. No entanto, nos anos de 2012 e 2014 foram distribuídos, na porta das igrejas, “santinhos” de divulgação de candidatos, os quais trazemos no presente trabalho.

### *Cultura política e a construção de um “Partido cidadania”*

Havia, em geral, até as eleições presidenciais de 2018, um certo receio e distanciamento por parte de membros de igrejas pentecostais e neopentecostais, em relação às manifestações político-partidárias das comunidades evangélicas, principalmente, nos contextos de eleições. Essa participação se intensificava principalmente quando valores morais tornavam-se pauta nas campanhas políticas, de modo que podia ser observada uma participação mais ativa desses grupos.

Segundo apontamentos de Santos (2011, p. 10-29), isso ocorreria como consequência da falta de um debate interno e de uma forte rejeição à democracia, enquanto valor político, para as escolhas dos representantes por essa comunidade. Nesse contexto, a democracia, enquanto exercício cidadão, só seria o norte de escolha de candidatos quando concepções e ideologias deste grupo religioso fossem ameaçadas.

Isso se demonstra na construção das próprias gestões de algumas dessas igrejas, onde as estruturas de poder clerical são organizadas de forma centralizada. Esse modelo centralizador surge como uma forma eficiente de controle, verticaliza as decisões e atua como agente na produção e disseminação de um tipo de discurso que lhes é característico. Este, por sua vez, é concretizado em forma de uma ação substancial pela membresia das igrejas, levando, via de regra, a passividade e a sujeição nos processos decisórios de orientação política.

Para que compreendamos um dos motivos que geram isso, se faz necessária uma caracterização do tipo específico de público dessas comunidades, em especial da comunidade que trataremos de forma específica, a IEADPE. O pentecostalismo, segundo dados estatísticos do IBGE (2010), é a ramificação evangélica com maior índice e tendência de crescimento, se comparada às outras ramificações evangélicas.

Xavier (2019, p. 96-116) aponta que “Dentre os segmentos religiosos brasileiros, são os pentecostais os menos escolarizados. [...]. O pentecostal é o segmento que mais possui fiéis inseridos nas camadas mais pobres da sociedade”. Esses fatores socioeconômicos ao comungar com o modelo verticalizado de poder existente nessas instituições auxiliam, também, na reprodução e perpetuação dos discursos ali produzidos.

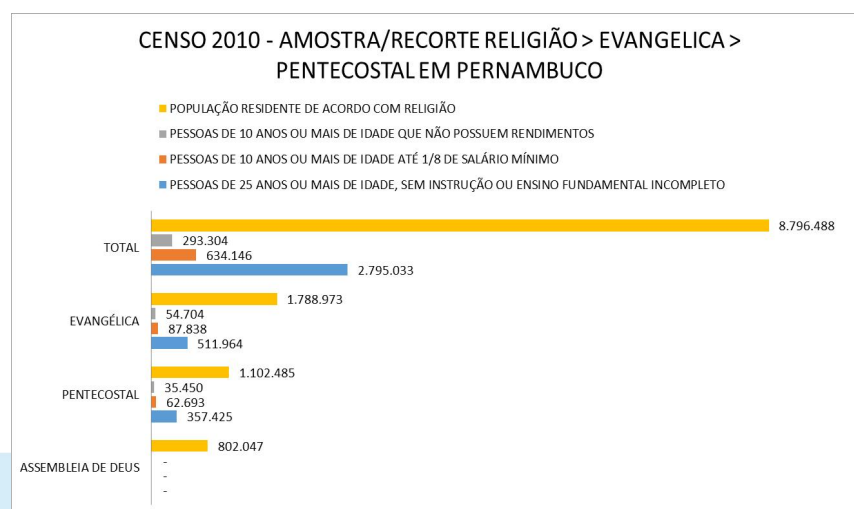
Podemos observar que a relação entre pobreza e falta de escolaridade também é aparente e presente no recorte espacial que circulavam os “santinhos”, nesse caso o Pernambuco. Segundo pesquisa do IBGE (2010), se comparado aos demais estados e religiões evangélicas do país, em Pernambuco, as igrejas pentecostais ocupavam os seguintes marcos:

Para “Pessoas de 10 anos ou mais de idade > sem rendimento” temos a 7º posição com cerca de 35.450; para “pessoas de 10 anos ou mais de idade > até 1/8 de salário mínimo” está a 4º posição com 62.693; ao falarmos do “Nível de instrução > sem instrução ou fundamental incompleto” temos a comunidade evangélica pentecostal de Pernambuco assumiria o 7º lugar nessa classificação com cerca de 357.425.

Isso, em uma população de cerca de 1.788.973 evangélicos, dos quais 1.102.485 são pentecostais e 802.047 são evangélicos pentecostais da Assembleia de Deus. Esses números colocam Pernambuco, na época da pesquisa, como sendo o quarto estado com maior número de fiéis “assembleianos” do país.

Abaixo temos um gráfico demonstrativo, construído a partir de dados coletados no sítio eletrônico do IBGE referente aos dados coletados em 2010, contendo o “censo 2010 - amostra/recorte religião > evangélica > pentecostal em Pernambuco”:

**Gráfico 2**



Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados encontrados no IBGE, referente aos dados do IBGE do censo do ano de 2010.

Com isso, é possível pensar na produção e circulação de enunciados, a partir de uma perspectiva social e econômica. Pensemos, por exemplo, na IEADPE como uma instituição dotada de um poder centralizado e verticalizado, e que atua, também, como produtora e veículo para esse poder, a partir de um tipo específico de discurso. Esse discurso, seria o mecanismo para a produção de um tipo específico de cultura política, com valores arraigados no tradicionalismo e fundamentalismo da própria instituição. De modo que, o grupo dos interlocutores seria o conjunto de fiéis que, via de regra, possuiriam um menor nível de escolaridade e acesso à educação, estando ainda inseridos nas camadas econômicas mais baixas da sociedade.

Esses são apenas alguns dos elementos que convergem na construção do que pensamos ser parte da cultura política desse grupo. Isso porque, entendemos que a cultura política seria constituída por um conjunto coerente, dentro do sistema, de normas, valores, tradições, práticas e representações que circulam num ambiente histórico e cultural. E todos esses elementos estariam em estreita relação entre si. A junção disso, possibilitaria a existência de uma leitura comum e normativa do passado, agregando elementos que ora podem assumir cunho positivo ora negativo para a democracia como forma de manifestação do exercício político.

A partir dessa exposição, retornamos às nossas indagações: o projeto cidadania seria um partido? Funcionaria como um? Para que melhor possamos falar sobre, recorremos às ponderações de Berstein (2003, p. 57-98), sobre o conceito de partido e como se dá a sua construção, inserção e manutenção na teia do tempo. Os partidos surgem como uma espécie de lugar, um espaço onde opera uma mediação política. Nesse sentido, o campo da atividade humana, situado nos partidos políticos, corresponderia à esfera dos discursos e das representações.

Por sua vez, essas forças políticas são definidas como tendências construídas no interior dos grupos que dela fazem parte ou que aspiram ao controle do seu poder. Esse tipo de tendência recebe o nome de partido. Há, entretanto, associações que não se configuram como partidos políticos, se restringem a clientelas, grupos oligárquicos ou, como chamaremos aqui, *proto-partidos*.

Dito isso, somos direcionados a pensar sobre quais seriam os elementos que estabelecem uma distinção entre um partido e uma mera organização política. Berstein

(2003, p. 62-68,) pondera, a partir de pesquisas de estudiosos das ciências políticas, americanos, sobre os elementos que definem e caracterizam esse fenômeno. O autor aponta que são quatro as condições indispensáveis à existência dos partidos.

O primeiro deles se refere à duração no tempo. Aqui, temos a permanência de duração no tempo cronológico como a primeira característica que é constitutiva do partido. Além disso, é necessário que ele tenha uma duração relativa e independente, que se mantenha estável por gerações, se tornando autônoma em relação à pessoa, ou à instituição que o gerou. A respeito disso, no nosso caso, apesar da ideia de um projeto político que represente o público evangélico das IAD's estar sendo pensado pela CGADB, como vimos anteriormente, desde o início do século XXI, o projeto da IEADPE, além de ser expresso apenas em meados de 2010, não perdurou muito tempo, haja vista que em meados de 2015/2016 os esforços para desconstrução e ruptura desse projeto pela I.E começam a ser organizados, minando sua perpetuação sua possível caracterização enquanto partido político.

O segundo aspecto é a *extensão no espaço*. Esse elemento pressupõe uma organização hierárquica do poder. No caso estudado, tanto o poder quanto o discurso circulante das I.Es se manifestam de forma vertical, carismática e arbitrária. Como visto nos capítulos anteriores, o que temos é uma espécie de *democracia liberal* que, em relação ao exercício da democracia em seu âmbito geral, se configura como prática antidemocrática. Entretanto, apesar de haver uma extensão nacional e relação com as estruturas locais, o *projeto cidadania*, embora inspirado nos ideais da CGADB, foi um caso isolado ao estado de Pernambuco. Essa característica é mais um elemento que excluiria a possibilidade de concepção desse projeto como um partido político.

A terceira característica é apresentada como a *aspiração ao exercício do poder*. Aqui, o desejo de exercício do poder é tão forte que acaba extrapolando condições preestabelecidas e por vezes entrando em contradição. Em relação ao nosso objeto isso é desenhado, em até certa medida, nas relações de gênero. Isso é visível no sentido de que nessa estrutura as mulheres não poderiam exercer os mesmos cargos eclesiásticos, ou cargos equivalentes, aos que são exercidos pelos homens, por exemplo.

Ao invés disso, elas teriam as funções de *regente de corais*, *dirigente de círculo de oração* e *professoras das escolas dominicais*. Essas *funções* se diferem das que recebem o status de cargos *ministeriais*, divididos em Auxiliar, Diácono, Presbítero, Evangelista e Pastor. Desse modo, seguindo a lógica desse sistema, as mulheres não ocupam um lugar hierárquico de liderança que se coloque em igualdade com os homens.

O ponto chave que queremos chegar é que, mesmo que a estrutura organizacional dos cargos da IEADPE seja estabelecida através de relações de poder simbólicas pautadas nas relações de gênero socialmente construídas através do sexo biológico, de maneira estrutural, a igreja não excluiu as mulheres da participação no projeto cidadania. Aqui, a *aspiração ao exercício do poder* ocorre de maneira tão centrada que faz uso de formas táticas para burlar essa normativa baseada nas relações de gênero. E, em decorrência disso, houve eleição de vereadoras evangélicas no estado de Pernambuco para o legislativo, das quais destacamos quatro: Irmã Aimee no município de Recife – PE, irmã Irmã Babate em Jabotão dos Guararipes – PE, Irmã Sônia em Ribeirão – PE e irmã Manu em Vitória de Santo Antão – PE.

Por fim, a última forma composicional constituinte do partido é demarcada pela *vontade de buscar apoio da população*. Essa condição é indispensável para a existência do critério anterior. E é aqui que se faz perceptível uma espécie de chamamento, de construção de uma identidade própria à ao grupo. É aqui onde a *cultura política da democracia liberal* se manifesta mais nitidamente. É nesse conjunto de ideologias e enunciados axiologicamente organizados que podemos perceber como as representações metaforicamente organizadas da realidade social concreta constituem parte das práticas ordenativas dessa *cultura política* que nesse trabalho nos esforçamos para pesquisar, detalhar, resumir e comunicar. A construção desse apoio perpassa, por vezes, a ideia de uma *defesa da moral e dos bons costumes*, a *defesa da família*, a *defesa da inocência das crianças*, o *combate ao pecado* e, até mesmo, a *ameaça comunista*, recorrente desde meados do das décadas de 1920 e 1930, com o apogeu da revolução Russa, em nível internacional, e com o golpe desferido por meio do plano Cohen em escala nacional.

### *Considerações finais*

Observou-se, através da problematização da existência do *projeto cidadania*, como se deram as manifestações político-partidárias em panfletos de divulgação de candidatos da IEADPE, no estado de Pernambuco, fenômeno ocorrido nas eleições para Deputado Estadual, Federal e para vereadores entre os anos de 2010 a 2016. Usamos como fonte panfletos de divulgação de candidatos. Essas fontes, bem como as demais que foram coletadas para esta pesquisa estão também conservadas e disponíveis, também, em forma digital na matéria Projeto Cidadania da IEADPE lança campanha "A igreja contra a corrupção". Como boa parte do material que estava disponível foi

apagado das mídias digitais, consideramos que deter nossos esforços para a tecer discussões que envolvem os usos da memória, do processo de silenciamento de uma memória específica e da construção de uma memória oficial em relação a existência ou não existência do projeto cidadania, se constitui elemento importante à pesquisa.

Além disso, estabelecendo uma breve relação entre *esfera da atividade humana*, *gênero do discurso* e suporte podemos observar as condições de produção e disseminação discursiva. Observamos, por exemplo, descumprimento às leis que regulamentam a propaganda e veiculação política; a não uniformidade no uso dos elementos simbólicos que referenciam ao projeto; e o distanciamento/rejeição aos elementos identitários e identificadores de outros partidos, como o *slogan*, a *coligação* e o próprio nome do partido.

A condição de disseminação desse discurso político em forma de panfletos de divulgação causa mais estranhamento se relacionados à esfera da atividade humana em que foram circulantes. Boa parte do material impresso era distribuído após o encerramento dos cultos religiosos, nas portas das igrejas, ou em redes sociais de pessoas que exerciam algum cargo no corpo clerical. Com isso, o discurso de orientação política pode ser incorporado ao discurso religioso, sendo facilmente assimilado e reproduzido por integrantes daquela esfera de sociabilidade humana.

O projeto cidadania, um projeto de partido político, materializado nesses discursos acaba por estabelecer uma inter-relação entre essas duas esferas, a do culto religioso e a da campanha político/partidária. Esse fenômeno, mesmo que movido e pressupondo a necessidade de manutenção democrática, compreende o poder dentro de um partido, ou grupo político, como atrelado a uma oligarquia, uma minoria dominante, ainda mais se levarmos em conta a forma centralizada e verticalizada do poder e da liderança nas igrejas pentecostais. Com isso, o poder permanece fechado, o partido não pode abrir mão de uma organização, mas ao mesmo tempo esta organização mantém uma oligarquia que confisca o poder em seu benefício próprio.

Por fim, entendemos que esse sistema fechado em forma de *oligarquia*, fundamenta a compreensão de uma ideologia expressa e presente na cultura política de determinado grupo/partido político. Por sua vez, define, por exemplo, valores, discursos, e a construção de uma identidade nas relações concretas de enunciação.

Nesse sentido, proporciona ao grupo uma leitura ampla e comum dos acontecimentos que perpassam o tecido social, bem como exerce sua funcionalidade quanto espaço de expressão e disseminação dessa leitura comum e dos valores e, com





[rachadinha-de-salarios-de-servidores-entre-pastor-deputado-estadual-e-vereadora-do-recife.ghtml](#). Acesso em: 05 de novembro de 2022.

POLLACK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 02, n.3, 1989, p. 3-15.

SANTOS, Lyndon de Araújo. “Infelizmente somos congregacionais”: Democracia, ecumenismo e cultura política no protestantismo brasileiro. *Revista perspectiva histórica*, v.1, p. 10-29, 2011.

TELES, Moab. *Projeto Cidadania da IEADPE lança campanha "A igreja contra a corrupção"*. Blogspot, 2012. Disponível em: <http://moabteles.blogspot.com/2012/09/projeto-cidadania-da-ieadpe-lanca.html>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

XAVIER, L. ELEIÇÕES 2018 E OS VALORES CRISTÃOS NA ESCOLA DOMINICAL. *INTERAÇÕES*, v. 14, n. 25, p. 96-116, 2 ago. 2019.

Artigo recebido em 24/01/2023

Aceito para publicação em 14/07/2023